



**MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Conselho Superior do Ministério Público

**Boletim Informativo
N.º 8/2019**

Plenário | 28.5.2019

Boletim Informativo



Sumário

■ PRESENÇAS	>> 2
■ ORDEM DO DIA	>> 3
■ Ata	>> 3
Gestão de Quadros/Comissões de Serviço/Licenças	>> 3
Autorizações de Residência	>> 4
Inspeções	>> 4
Remunerações	>> 5
Recursos Hierárquicos (COJ)	>> 6
Exposições/Requerimentos	>> 6



Presenças

■ Presidente

Senhora Procuradora-Geral da República, **Dr.ª Lucília Gago**.

■ Vogais

Procuradores-Gerais Distritais de Lisboa, Porto, e Évora, respetivamente, **Drs. Amadeu Francisco Ribeiro Guerra, Maria Raquel Ribeiro Desterro de Almeida Ferreira, Maria José Valente de Melo Bandeira e Alcides Manuel Rodrigues**;

Procurador-Geral-Adjunto, **Dr. Pedro Manuel Branquinho Ferreira Dias**;

Procuradores da República, **Drs. Carlos José do Nascimento Teixeira e Alexandra Maria da Conceição Chicharo das Neves**;

Procuradores-Adjuntos, **Drs. Luís Filipe da Palma Martins, Francisco Pereira Pinto Ferreira Guedes, David Alexandrino Paulo Albuquerque e Aguilar** (membro permanente) e **André Namora de Melo Teixeira**;

Membros eleitos pela Assembleia da República, **Drs. Manuel Magalhães e Silva, Alfredo José Leal Castanheira Neves, João Luís Madeira Lopes, e António José Barradas Leitão** (membro permanente);

Membros designados por Sua Excelência, a Ministra da Justiça: **Dr. Augusto Arala Chaves e Professora Doutora Maria João Antunes**.

■ Secretário

Secretariou a sessão o Secretário da Procuradoria-Geral da República, **Dr. Carlos Adérito da Silva Teixeira**.



ORDEM DO DIA

Ata

1. Foi aprovada a ata da sessão realizada em 30 de abril de 2019.

Gestão de Quadros/Comissões de Serviço/Licenças

2. O CSMP deliberou, por unanimidade, nomear a Professora Doutora **Catarina Teresa Rola Sarmiento e Castro** como Vogal do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República – artigos 128.º, 139.º e 140.º do Estatuto do Ministério Público.
3. O CSMP deliberou, por unanimidade, renovar a comissão de serviço que a procuradora-geral adjunta Lic. **Maria Raquel Poças Vicente da Rosa** vem exercendo como Coordenadora do Tribunal Central Administrativo Sul – artigos 126.º, 139.º e 140.º do Estatuto do Ministério Público.
4. O CSMP deliberou, por unanimidade, indeferir requerimento apresentado por procurador da República em situação de licença sem remuneração, solicitando a reversão da deliberação do Conselho Superior do Ministério Público que lhe concedeu licença sem vencimento e a recolocação na situação de licença especial, e atribuir à licença sem remuneração concedida, os efeitos previstos no nº3 do artigo 281.º da LTFP, designadamente para contagem do tempo de licença como tempo de serviço, alterando-se o seu posicionamento na última lista de antiguidade respeitante à categoria de procurador da República, nos termos do n.º 2 do artigo 157.º do EMP.

Relator: Dr. Barradas Leitão

5. O CSMP deliberou, por unanimidade, indeferir requerimento apresentado por procurador da República em situação de licença sem remuneração, solicitando a reversão da deliberação do Conselho Superior do Ministério Público que lhe concedeu licença sem vencimento e a recolocação na situação de licença especial, e atribuir à licença sem remuneração concedida, os efeitos previstos no n.º 3 do artigo 281.º da LTFP, designadamente para contagem do tempo de licença como tempo de serviço, alterando-se o seu posicionamento na última lista de antiguidade respeitante à categoria de procurador da República, nos termos do n.º 2 do artigo 157.º do EMP;

Relator: Dr. Barradas Leitão

6. O CSMP deliberou, por unanimidade, levantar a suspensão de funções aplicada a procurador da República, ao abrigo do disposto no artigo 152.º, alínea *a)*, do Estatuto do Ministério Público.

Relator: Dr. Barradas Leitão

7. O CSMP aprovou a cessação do procedimento de reconhecimento de formação especializada (RECOFE).

Relatores: Membros Permanentes

Votou a favor da manutenção do RECOFE a Dra. Maria José Bandeira e o Dr. João Madeira Lopes.

Absteve-se o Dr. Amadeu Guerra, o Dr. Barradas Leitão, o Dr. Luís Martins, a Dra. Alexandra Neves e o Dr. David Aguilár.



Autorizações de Residência

8. O CSMP deliberou, por unanimidade, deferir a reclamação apresentada por procuradora-adjunta, da deliberação da Secção Permanente do Conselho Superior do Ministério Público, de 14 de fevereiro de 2019, que indeferiu pedido de autorização para residir em local diferente do previsto na lei.

Relator: Dr. André Namora

Inspeções

9. O CSMP deliberou, por unanimidade, indeferir reclamação apresentada por procurador-adjunto, da deliberação da Secção Para Apreciação do Mérito Profissional, de 5 de fevereiro de 2019, que atribuiu a classificação de "Bom".

Relatora: Dr.^a Raquel Desterro

10. Reclamação da deliberação da Secção Para Apreciação do Mérito Profissional, de 5 de fevereiro de 2019, que atribuiu a classificação de "Bom", em inspeção ao serviço prestado por procuradora-adjunta.

Relator: Dr. Castanheira Neves

Adiado

11. O CSMP deliberou, por unanimidade, indeferir reclamação apresentada por procurador-adjunto, da deliberação da Secção Para Apreciação do Mérito Profissional, de 5 de fevereiro de 2019, que atribuiu a classificação de "Bom".

Relator: Dr. David Aguilar

12. O CSMP deliberou indeferir reclamação apresentada por procurador-adjunto, da deliberação da Secção Para Apreciação do Mérito Profissional, de 5 de fevereiro de 2019, que atribuiu a classificação de "Bom com Distinção".

Relator: Dr. Madeira Lopes

Absteve-se o Dr. Francisco Guedes.

Não participou na votação a Dra. Maria José Bandeira.

13. O CSMP deliberou indeferir reclamação apresentada por procuradora-adjunta, da deliberação da Secção Para Apreciação do Mérito Profissional, de 7 de março de 2019, que atribuiu a classificação de "Bom com Distinção".

Relator: Dr. Madeira Lopes

Votaram contra a Dra. Raquel Desterro, o Dr. Carlos Teixeira, a Dra. Alexandra Neves, o Dr. David Aguilar, o Dr. Francisco Guedes, o Dr. André Namora.

Absteve-se a Senhora PGR Dra. Lucília Gago, o Dr. Pedro Branquinho e o Dr. Alcides Rodrigues.

Declaração de voto Dra. Raquel Desterro:

"Votei contra porque considero que deveria ser atribuída à magistrada a nota de "MUITO BOM" conforme vinha proposto pelo Sr. Inspetor."



Conselho Superior do Ministério Público

Declaração de voto Dr. Carlos Teixeira:

"Votei contra considerando que deveria ter sido atribuída notação de MB."

Declaração de voto Dra. Alexandra Neves:

"Mantenho, nos termos já expostos na declaração de voto escrita na secção de mérito do dia 5/2/2019, que a Senhora Magistrada merece MB."

Declaração de voto Francisco Guedes:

"Votei contra por considerar que a Ex.^{ma} Colega apresentou e desempenhou trabalho que deveria ter sido notado de MB."

- 14.** O CSMP deliberou indeferir reclamação apresentada por procuradora-adjunta, da deliberação da Secção Para Apreciação do Mérito Profissional, de 11 de abril de 2019, que atribuiu a classificação de "Bom com Distinção".

Relator: Dr. Castanheira Neves

Absteve-se o Dr. Francisco Guedes

Remunerações

- 15.** O CSMP deliberou, por unanimidade, a admissibilidade do pagamento de remuneração (honorários) a magistrados do Ministério Público por participação em ações de programa El PACCTO – Programa de Assistência contra o Crime Transnacional Organizado entre Europa e a América Latina.

Relator: Dr. David Aguilar

- 16.** Parecer solicitado pela Direção-Geral da Administração da Justiça relativo ao pagamento de ajudas de custo e de despesas de transporte aos magistrados do Ministério Público colocados em juízos deslocalizados.

Relator: Dr. Alcides Rodrigues

Adiado

- 17.** O CSMP deliberou indeferir projeto de acórdão relativo a requerimento apresentado por membros permanentes do Conselho Superior do Ministério Público, solicitando o pagamento de ajudas de custo, mais deliberando em consequência, proceder à sua redistribuição.

Relator: Dr. Amadeu Guerra

Votou a favor o Dr. Amadeu Guerra e a Dra. Maria João Antunes.

Absteve-se a Senhora PGR Dra. Lucília Gago e a Dra. Raquel Desterro.



Recursos Hierárquicos (COJ)

- 18.** Recurso hierárquico interposto por técnico de justiça principal da deliberação do Conselho dos Oficiais de Justiça, de 21 de fevereiro de 2019, que atribuiu ao recorrente a classificação de “Bom”.

Relator: Dr. Francisco Guedes

Adiado

Exposições/Requerimentos

- 19.** O CSMP deliberou, por unanimidade, não ter competência para decidir pedido apresentado por secretário de justiça relativo ao procedimento concursal de recrutamento para frequência do curso de formação específico para administradores judiciários.

Relator: Dr. David Aguilar

*

A sessão teve início às 10:45h e terminou às 18 horas e 30 minutos